

## RUY FABIANO

Ponto de Vista

## Relações delicadas

As relações entre Congresso e Governo, num regime democrático, são habitualmente conflituosas. Mesmo quando têm confortável maioria parlamentar — o que não é propriamente a situação presente —, o Executivo é frequentemente obrigado a acrobacias trabalhosíssimas para viabilizar suas propostas junto ao Legislativo. Quando, como agora, é partidariamente fraco, o esforço redobra e o resultado tem sempre uma incômoda margem de imprevisibilidade. Não é só: além desses choques de interesses, inerentes às relações entre os poderes, há ainda as dificuldades processuais.

O Congresso é uma casa que opera em ritmo necessariamente lento, já que expressa os conflitos que estão na base da própria sociedade. Não há como acelerar soluções na cúpula se, na base, as divergências prosseguem. Seria um mero truque, que acabaria por aumentar a dimensão do problema. Daí a tão criticada lentidão, habitualmente vista como decorrência da mecânica burocrática da Casa. Engano. Os mecanismos de tramitação das propostas nada têm a ver com o pato. São absolutamente neutros: conforme as circunstâncias, são acionados para emperrá-las ou para acelerá-las. E o que define isso é algo absolutamente simples, que atende pelo nome de vontade política.

Quando há crises agudas e a sobrevivência da instituição está em jogo, a proposta mais complexa pode tramitar no Congresso com agilidade supersônica. Assim aconteceu, por exemplo, em 1961, quando a solução parlamentarista — uma complexa providência que mudava a natureza do regime — foi adotada em questão de dias. Quando, porém, a crise volta a seu leito natural — e é impensável supô-la passível de completa extinção numa

sociedade tão desigual como a nossa —, retoma-se o ritmo lento das discussões rotineiras.

Presentemente, este é o tema político central do governo Collor. O Presidente quer aprovar, com a máxima urgência, um conjunto de reformas que julga indispensáveis para o reequilíbrio econômico e gerencial do País. E o Congresso, instância onde essas reformas necessariamente têm de passar, não tem a mesma pressa. Grande parte de seus integrantes nem concorda com a tese de que aquelas reformas são indispensáveis. Entre outras, o Governo relaciona prioritariamente a reforma fiscal, a reforma portuária e a lei das patentes. Mas há outras.

Antes das denúncias de Pedro Collor contra PC Farias e o Presidente, o ministro Jorge Bornhausen vinha mantendo conversas proveitosas com as lideranças partidárias. Sentia-se quase vitorioso, o dossiê, no entanto, zerou as conversas. E retomá-las, em ambiente ainda intranquilo, não tem sido animador. O presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, continua achando que não há receptividade para votar as reformas este ano. O calendário eleitoral faz com que os parlamentares evitem temas conflituosos, que os exponham ao desgaste popular.

O ministro Jorge Bornhausen reclama há tempos da burocracia do Congresso. Quer que seja simplificada, Ibsen até concorda, mas não acha que esse seja o fulcro da questão. Se não houver vontade política, diz ele, o simples fica imediatamente complicado. E vice-versa. A instalação da CPI contra PC Farias tensionou as relações com o Executivo. Se não surgir rapidamente uma luz no fim desse túnel, a saída será a volta das medidas provisórias. E aí as relações correm o risco de azedar ainda mais.